

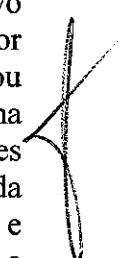
# DNIT

## ATA DA 103ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO DNIT

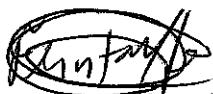
No décimo nono dia do mês de julho do ano de dois mil e dezesseis, com o início às catorze horas e cinquenta e três minutos, realizou-se a Centésima Terceira Reunião Ordinária do Conselho de Administração do DNIT, na sala 13 do Gabinete do Diretor-Geral do DNIT, denominada Sala de Reuniões da Diretoria Colegiada, na Sede do DNIT em Brasília/DF, sob a Presidência do Senhor Fernando Fortes Melro Filho – Secretário Executivo do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil/MT, com a participação dos seguintes Conselheiros, conforme consta no livro de presença: Luciano de Souza Castro – Secretário de Gestão dos Programas de Transportes/MT; Valter Casimiro Silveira – Diretor-Geral do DNIT; Herbert Drummond – Secretário de Política Nacional de Transportes/MT; e Zarak de Oliveira Ferreira – Diretor do Departamento de Programas de Infraestrutura do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Compareceram ainda o Senhor Benedito Orlando Nava Castro – Auditor-Chefe; e como convidados os Senhores Gustavo Adolfo Andrade de Sá – Diretor Executivo do DNIT; Alexandre Castro Fernandes – Coordenador-Geral de Operações Rodoviárias/DIR; Bráulio Fernando Lucena Júnior – Assessor Técnico da Diretoria de Infraestrutura Rodoviária do DNIT; e Tiago Oliveira Moreira – Coordenador de Obras Diretas/CGCONT/DIR. O Presidente declarou aberta a sessão e, passando à ordem do dia, deu prosseguimento ao exame das matérias constantes na pauta. Com relação ao **Item 1. Leitura, votação e aprovação da Ata da 102ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração do DNIT**, a Ata foi lida, aprovada e assinada pelos Conselheiros presentes. No entanto, o Conselheiro Herbert Drummond disse não se recordar do comentário do Conselheiro Luciano de Souza Castro feito quanto ao Item 5. Sumário Executivo do Relatório Final de Auditoria nº. 01/2016/AUDINT/DNIT, enviado por meio do Memorando nº. 354/2016/AUDINT/DNIT, que trata de auditoria realizada no Instituto de Pesquisas Rodoviárias – IPR, no ponto em que ele mencionou “que é importante avaliar essa questão (isto é, o DNIT ter que implementar ações e melhorias no IPR), especialmente após a criação do Instituto Nacional de Pesquisas Ferroviárias – INPF, visto que o prazo para reestruturação do IPR é curto (três meses)”, constante ao final da página 2 da citada Ata. Nesse ínterim, foi esclarecido que o Conselheiro Luciano de fato realizou esse comentário, o que foi inclusive confirmado pelo Senhor Presidente. O Senhor Valter Casimiro esclareceu que, na verdade, têm sido estabelecidos acordos de cooperação técnica com associações e entidades, as quais possuem expertise no ramo ferroviário, para realizar estudos, visando à implantação do Instituto, o que não implica necessariamente em sua efetiva criação. Na sequência, o Senhor Herbert considerou que é preciso cautela com relação ao andamento dos dois Institutos, visto que, no momento, a prioridade é reestruturar o IPR, e não concentrar esforços na estruturação do INPF, ressaltando que, desse modo, o DNIT correria o risco de não fortalecer nenhum dos dois, o que retrata também a preocupação externada pelo Conselheiro Luciano na Reunião anterior, por meio de outras palavras. No que se refere ao **Item 2. Leitura, votação e aprovação da Ata da 14ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração do DNIT**, a Ata foi lida, aprovada e assinada pelos Conselheiros presentes. Em relação ao **Item 3. Leitura, votação e aprovação da Ata da 15ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração do DNIT**, a Ata também foi lida, aprovada e assinada pelos Conselheiros presentes. No que concerne ao **Item 4. Esclarecimentos referentes ao Pregão Eletrônico nº. 168/2016, para contratação do novo Plano Nacional de Controle Eletrônico de Velocidade - PNCV**, o Senhor Presidente franqueou a palavra ao Senhor Alexandre Castro Fernandes, Coordenador-Geral de Operações Rodoviárias/DIR, que esclareceu preliminarmente aos presentes que a licitação está suspensa judicialmente, tendo o DNIT respondido

oficialmente ao Poder Judiciário, o qual ainda não se manifestou a respeito. Afirmou também que, enquanto a Justiça não se pronuncia, o DNIT responde às dezenove impugnações feitas ao edital do novo PNCV, e a uma representação do Tribunal de Contas da União – TCU. O Senhor Fernando Fortes perguntou se, do total de impugnações, há alguma que represente maior óbice ao processo, ao que o Senhor Alexandre respondeu que as alegações originárias da representação do TCU possuem maior relevância. Destacou ainda que foi aberta uma solicitação de auditoria para o processo em curso e que aguarda o relatório a ser elaborado pela Auditoria Interna. O Senhor Fernando questionou também se há prazo para a conclusão do relatório, ao que o Auditor-Chefe respondeu que a fase atual é de solicitação de mais informações acerca do PNCV. O Presidente do CONSAD perguntou ainda se essa etapa de auditoria dificultaria o andamento da licitação. O Senhor Alexandre, em resposta, disse que o Diretor de Infraestrutura Rodoviária entendeu ser mais razoável aguardar o término da inspeção para republicar o edital, caso haja alguma constatação por parte da Auditoria Interna, afirmação com a qual concordou o Senhor Presidente do CONSAD. Em seguida, o palestrante iniciou uma breve apresentação dos esclarecimentos técnicos relativos às impugnações e aos questionamentos mais relevantes feitos pelo TCU ao edital, constantes no Memorando nº. 2731/2016/CGPERT/DIR, datado de 13 de junho de 2016, o qual fará parte dessa Ata como anexo: a) Modalidade escolhida para a licitação (pregão eletrônico); b) Não vedação para utilização de equipamentos usados na prestação dos serviços; c) Preferência pela adoção de tecnologias não intrusivas – dispositivo luminoso independente do *display*; d) Prazo exígido para realização de visitas e elaboração de propostas; e) Exigência de declaração de solidariedade do fabricante do equipamento; f) Adjudicação de, no máximo, dois lotes a uma mesma licitante; g) Acordos de Níveis de Serviço (ANS) – possibilidade de não remuneração das empresas se os índices de desempenho não forem atingidos. Após o término das explanações supracitadas, o Senhor Alexandre afirmou que aguarda as manifestações da Auditoria Interna e da Justiça, além de possíveis determinações e contribuições do TCU para que o edital seja republicado, colocando-se à disposição do Conselho para dirimir eventuais dúvidas. O Conselheiro Herbert Drummond agradeceu e sugeriu a abertura de um canal de comunicação com o Judiciário, via Procuradoria Federal Especializada junto ao DNIT – PFE/DNIT, para facilitar o trâmite do processo. O Presidente do CONSAD interveio e ponderou ser necessário fornecer à PFE/DNIT alguns dados de ordem técnica, tais como o término de vigência do atual PNCV e as estatísticas relativas a acidentes rodoviários que ocorriam antes da implantação do Plano e depois que o mesmo passou a vigorar. Essa iniciativa, segundo o Senhor Fernando, tem o objetivo de demonstrar à Justiça a diminuição no número de acidentes, além de servir de argumento para a manutenção do PNCV nos moldes propostos pela Autarquia e resguardar os gestores de prováveis responsabilizações pelo atraso em sua implantação, ou pela descontinuidade do Plano. Nada mais havendo a tratar acerca desse item específico, o Senhor Presidente deu continuidade abordando o **Item 5. Situação da execução financeira das emendas impositivas de bancadas**, ocasião na qual passou a palavra ao Senhor Bráulio Fernando Lucena Borba Júnior, o qual iniciou destacando aos presentes que, neste ano, por meio da Lei Orçamentária Anual – LOA, a Autarquia ficou incumbida de gerir catorze emendas impositivas, distribuídas em catorze estados da federação, totalizando um bilhão, setecentos e vinte milhões de reais. Ilustrou graficamente as fases nas quais se encontram os empreendimentos em cada estado: quatro em fase de obra; quatro em elaboração de anteprojeto; quatro contratados por meio Regime Diferenciado de Contratação Integrada – RDCi e em fase de elaboração de projeto básico; um em fase de estudo de viabilidade; e um em fase preparatória para licitação. Em seguida, apresentou sinteticamente informações sobre todos os empreendimentos, começando pela rodovia BR-317/AC (construção do contorno rodoviário de Brasiléia, em situação de estudo de viabilidade) e seguiu falando sobre as rodovias BR-316/PA (adequação em Castanhal, na divisa entre os

estados de Pará e Maranhão, em fase preparatória para licitação); BR-432/RR (construção em Cantá - Paraíso, com RDCi contratado e em elaboração de projeto básico); BR-153/TO (construção de ponte sobre o Rio Araguaia, município de Xambioá, em situação de elaboração de anteprojeto); BR-135/MA (duplicação em Estiva – Bacabeira – Miranda do Norte); BR-101/RN (obras complementares em Parnamirim - Natal, em fase de obra); BR-230/PB (adequação entre João Pessoa/Oitizeiro e Cabedelo, em fase de elaboração de projeto); BR-101/ES (construção, por convênio, de contorno rodoviário em Serra/Mestre Álvaro, com RDCi contratado e em fase de elaboração de projeto básico); BR-493/RJ (duplicação do Arco Rodoviário/RJ – Manilha – Santa Guihermina); BR-116/SP (construção do Rodoanel de São Paulo - trecho Norte, em fase de obra); BR-163/PR (adequação em Cascavel – Marmelândia, com RDCi contratado e em fase de elaboração de projeto básico); BR-174/MT (construção, por convênio, de trecho rodoviário, com RDCi contratado e em fase de elaboração de projeto básico); BR-419/MS (construção em Rio Verde do MT - Aquidauana, em situação de elaboração de anteprojeto); e BR-282/SC (adequação em Joaçaba – São Miguel D’Oeste, em fase de elaboração de anteprojeto). Ao final da apresentação, o palestrante apresentou um quadro de capacidade de execução, comparando os limites orçamentário e financeiro; e também uma tabela com a relação da situação dos empenhos relativos às emendas impositivas. O Presidente agradeceu a exposição e elogiou o Senhor Bráulio pela clareza das informações prestadas ao Conselho, o que foi corroborado pelos demais membros. Em seguida, o Presidente passou ao **Item 6. Apresentação acerca da Diretoria de Infraestrutura Rodoviária – DIR/DNIT, relativa à Coordenação Geral de Construção Rodoviária – CGCONT/DIR/DNIT**, e concedeu a palavra ao Coordenador de Obras Diretas, Senhor Tiago Oliveira Moreira, para elucidar as principais atribuições da Coordenação-Geral de Construção Rodoviária. O palestrante iniciou demonstrando o organograma da Coordenação-Geral com imagens dos respectivos Coordenadores. A primeira Coordenação exposta foi a de Obras Diretas, pela qual passam todas as medições para pagamento de obras rodoviárias realizadas no país. O Presidente do Conselho, nesse momento, questionou sobre a necessidade de as medições serem remetidas a esse setor, uma vez que as próprias Superintendências Regionais poderiam processar suas medições, o que traria agilidade aos trabalhos e evitaria trâmites desnecessários. O Senhor Tiago Oliveira respondeu que considera desnecessário o encaminhamento das medições para a Coordenação de Obras Diretas. Em função dessa constatação, o Senhor Presidente considerou que tais medições deveriam ser enviadas diretamente à Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças, vinculada à Diretoria de Administração e Finanças, e serem geridas pela Sede do DNIT, em Brasília/DF. Nessa oportunidade, o Senhor Valter Casimiro apresentou sua concordância com as afirmações sobre a descentralização dessas atividades para as Superintendências Regionais e, inclusive, acrescentou sua opinião de que até mesmo os pagamentos sejam realizados pelas Regionais. O Senhor Fernando Fortes, então, solicitou que fosse avaliada essa questão e revista a tramitação das medições no âmbito do DNIT, acatando-se as considerações do Conselho de Administração. O palestrante retomou a palavra e mostrou um gráfico contendo a quantidade de medições realizadas nos últimos cinco anos, evidenciando uma queda a partir do ano de 2015, em decorrência do limite orçamentário. Em seguida, apresentou a Coordenação de Acompanhamento de Obras, a qual foi criada pelo novo Regimento Interno do DNIT, com o objetivo de acompanhar o andamento das obras por meio do gerenciamento dos contratos e convênios. Explicou que essa Coordenação lançou o Sistema de Relatório de Acompanhamento de Obras – SIGACONT, uma ferramenta na qual constam informações sobre o andamento das obras em todo país, dados estes fornecidos pelas empresas supervisoras. Mencionou ainda a existência do Atlas da CGCONT, painel que disponibiliza informações gerais a respeito dos contratos e proporciona acesso ágil aos dados, facilitando a tomada de decisões. Depois, apresentou a terceira Coordenação da CGCONT – a de Obras Delegadas – e informou quais são suas



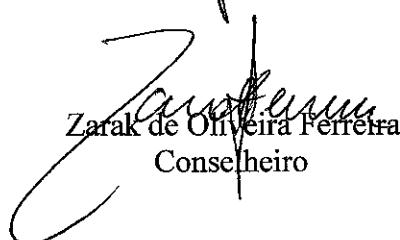
atribuições regimentais e suas atividades, explicou que os convênios de uma forma geral são gerenciados por esta unidade da Autarquia. Após a apresentação sobre as Coordenações, passou a falar acerca da Coordenação-Geral de Construção Rodoviária, cujas atribuições aglutinam as atividades das Coordenações Setoriais num âmbito gerencial, a fim de subsidiar a gestão do Diretor de Infraestrutura Rodoviária na matéria de sua competência. Por fim, exibiu a carteira de contratos por região e os principais empreendimentos realizados no país. O Presidente agradeceu a apresentação e passou ao **Item 7. Relatório gerencial relativo à situação das recomendações dos órgãos de controle, elaborado pela Auditoria Interna do DNIT**, momento em que foi passada a palavra ao Senhor Benedito Orlando Nava Castro, que informou que o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle (anterior Controladoria Geral da União – CGU) está concluindo a auditoria das contas do DNIT relativas ao ano de 2015, cujo relatório preliminar deverá ser encaminhado na primeira semana de agosto. Informou também que o Plano Anual de Auditoria Interna do DNIT – PAINT está em andamento. Esses dois pontos foram levantados como os mais relevantes a serem mencionados para o conhecimento dos Conselheiros, sob a visão do Auditor-Chefe, desde a última reunião do Conselho. Os demais dados do Relatório Gerencial encontram-se expostos em gráficos e tabelas no documento juntado à pauta. Passando ao **Item 8. Assuntos Gerais**, o Conselheiro Drummond elogiou as apresentações, realizadas no dia de hoje pelas áreas do DNIT, representadas pelos Senhores Alexandre Castro Fernandes - Coordenador-Geral de Operações Rodoviárias/DIR, Bráulio Fernando Lucena Borba Júnior - Analista em Infraestrutura de Transportes e Assessor Técnico da DIR e Tiago Oliveira Moreira - Coordenador de Obras Diretas/CGCONT/DIR, sobre os itens 4, 5 e 6 da pauta, respectivamente. Disse que demonstraram bastante preparo, conhecimento e facilidade na transmissão dos assuntos. Solicitou ao Senhor Diretor-Geral do DNIT que comunique a eles a opinião do Conselho a respeito de seu desempenho, consideração com a qual os demais membros concordaram e apoiam. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a participação dos Conselheiros e demais presentes, dando por encerrada a sessão às dezesseis horas e quinze minutos, da qual eu, Marcela Braz do Couto, Secretária-Executiva do Conselho de Administração, lavrei a presente Ata, que é assinada por mim, pelo Senhor Presidente e pelos demais Conselheiros.



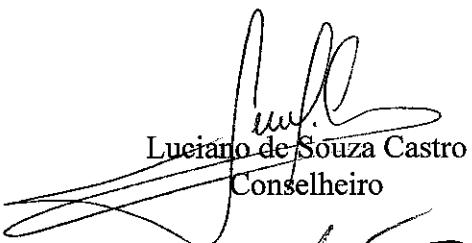
Fernando Fortes Melro Filho  
Presidente



Valter Casimiro Silveira  
Conselheiro



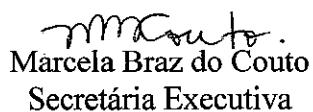
Zarak de Oliveira Ferreira  
Conselheiro



Lueiano de Souza Castro  
Conselheiro



Heibert Drummond  
Conselheiro



Marcela Braz do Couto  
Secretária Executiva